



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

## ESTUDOS TÉCNICOS Nº 1054

## ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

## AUDITORIA E FUNCIONAMENTO DAS URNAS ELETRÔNICAS 2026

## 1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. Com o objetivo de demonstrar o funcionamento e a segurança das urnas eletrônicas, a Justiça Eleitoral realiza em todo o país, no dia da eleição, por amostragem, o procedimento de “Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas”, disciplinado pela **Resolução TSE nº 23.673/2021, alterada pelas Resoluções nºs 23.687/2022, 23.693/2022, 23.728/2024 e 23758/2026.**

**1.2. O § 2º, Art. 64 da Resolução TSE nº 23.673/2021 estabelece, como parte do procedimento, que “a auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas será filmada pela Justiça Eleitoral ou por empresa contratada para esse fim e transmitida ao vivo através da rede mundial de computadores, sendo veiculada, preferencialmente, no canal oficial de cada Tribunal Regional Eleitoral no YouTube”.**

1.3. Portanto, o objetivo dos presentes estudos técnicos preliminares é definir a melhor solução para atendimento do procedimento previsto acima.

## 2. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

2.1. Os presentes estudos estão alinhados ao Planejamento Estratégico do TRE-MA para o exercício de 2021-2026, inserido no Objetivo Estratégico “**Garantir a Legitimidade do Processo Eleitoral**”, relacionado à garantia do “processo eleitoral legítimo em todas as suas fases, sem vícios, ilegalidades ou qualquer outro tipo de irregularidade, possibilitando que os resultados representem o desejo do cidadão no exercício do direito de escolha e seus representantes.”

2.2. Também está em consonância com o Plano Integrado das Eleições 2026, no qual a Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas corresponde a um Processo de Eleição. Dentre as atividades previstas no Plano de Execução está a contratação para viabilizar o procedimento do Art. 64, § 2º da **Resolução TSE nº 23.673/2021.**

2.3. A presente contratação também está prevista no Plano de Contratação Anual aprovado para o exercício de 2026 por meio da Portaria nº 772/2025.

## 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Preliminarmente, serão informados os procedimentos relativos à Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas, estabelecidos na Resolução TSE nº 23.673/2021, alterada pela Resolução TSE nº 23.758/2026, que são relevantes para definição dos requisitos da contratação:

3.1.1. O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão realizará, por amostragem, no dia da eleição, em ambiente controlado, o Teste de Integridade das Urnas Eletrônicas (Art. 53);

3.1.2. A Justiça Eleitoral realizará também Teste de Integridade com Biometria, em locais de votação previamente designados. Serão escolhidas no mínimo de 5% (cinco por cento) e no máximo de 10% (dez por cento) do total de urnas eletrônicas destinadas ao teste de integridade;

3.1.3. Entre às 7h e 12h do dia anterior às Eleições 2026, no 1º e no 2º turno (se houver), ocorrerá a definição das seções eleitorais cujas urnas serão submetidas à auditoria (Art. 57);

3.1.4. Considerando que o Maranhão possui hoje no cadastro eleitoral a quantidade de Seções Eleitorais entre 15.001 (quinze mil e uma) a 30.000 (trinta mil) seções, serão submetidas, **no 1º turno das Eleições**, ao processo de auditoria de funcionamento, 35 (trinta e cinco) urnas eletrônicas, **sendo 27 (vinte e sete) submetidas ao teste de integridade das urnas eletrônicas, divididas entre TESTE DE INTEGRIDADE TRADICIONAL (25 urnas eletrônicas) e TESTE DE INTEGRIDADE COM BIOMETRIA (2 urnas eletrônicas)**, e as demais ao teste de autenticidade dos sistemas eleitorais (Art. 58, inciso II);

3.1.5. No segundo turno das Eleições, se houver, o quantitativo de urnas eletrônicas será igual ao item anterior a serem auditadas.

3.1.6. Todo o procedimento do Teste de Integridade das Urnas Eletrônicas deverá ser filmado pela Justiça Eleitoral ou por empresa contratada para esse fim e transmitida ao vivo através da rede mundial de computadores, sendo veiculada, preferencialmente, no canal oficial de cada Tribunal Regional Eleitoral no YouTube (Art. 64, § 2º). A filmagem é fundamental para localização das divergências entre os resultados obtidos nos Boletins de Urnas e os dos relatórios emitidos pelo sistema de apoio à votação (Art. 71);

3.1.7. Além da filmagem do procedimento do Teste de Integridade das Urnas Eletrônicas, é necessária também a filmagem de todo ambiente de votação e transmissão ao vivo através da rede mundial de computadores, sendo veiculada no canal oficial do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão no Youtube;

## 3.2. Para suprir a necessidade apresentada, devem ser observados os seguintes requisitos da contratação:

3.2.1. Serão exigidos atestados de capacidade técnica, definidos no Termo de Referência, pois é necessário assegurar a qualidade e a eficiência do serviço prestado, sendo tal exigência, portanto, uma forma de comprovar que a empresa possui profissionais qualificados e experientes para realizar os serviços contratados.

3.2.2. Além disso, com o intuito de garantir a eficácia da contratação, é importante verificar, em caso de execução indireta, a capacidade econômica da empresa de prestar o serviço, através de balanço patrimonial e certidão negativa de falência.

3.2.3. Os serviços são considerados como COMUNS, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

3.2.4. Não se trata de serviços contínuos, pois a necessidade da contratação é especificamente para atender a uma demanda do Processo Eleitoral;

3.2.5. Além das filmagens das ilhas de votação, é necessária, no primeiro e segundo turno das Eleições, a filmagem do ambiente do teste de integridade com transmissão ao vivo para o canal do TRE-MA no Youtube, cuja duração deverá observar o disposto no subitem 3.2.8.

3.2.6. Deverá haver equipamentos de reserva de cada item no próprio local de prestação dos serviços, para retomada imediata dos trabalhos no caso de falha em algum dos equipamentos indispensáveis para a efetivação dos trabalhos de filmagem, monitoramento e produção, a fim de que o processo de filmagem não sofra solução de continuidade;

- 3.2.7. Em caso de execução indireta, a contratada deverá apresentar equipe de funcionários apta, treinada, uniformizada e portando crachá de identificação. O quantitativo de funcionários deve ser suficiente para monitoramento de todas as câmeras e **reprodução de imagens e sons** das filmagens nas 12 (doze) TV's de forma simultânea durante o processo de filmagem. Analisando a contratação anterior, identificamos que a contratada incorreu em uma série de inexecuções contratuais, as quais, em sua maioria, ocorreram em decorrência de um monitoramento ineficiente, tendo sido penalizada com a aplicação de multa compensatória.
- 3.2.8. A contratada deverá prover fonte ininterrupta de energia (nobreak) para garantir a continuidade da filmagem da auditoria no local de realização do Teste de Integridade da Biometria;
- 3.2.9. A realização dos testes de integridade será no Município de São Luís, no Fórum Eleitoral da Capital, localizado na Avenida Senador Vitorino Freire, s/nº, Bairro Madre Deus.
- 3.2.10. Em caso de execução indireta, a contratada deverá prestar suporte técnico durante todo o dia, levando em consideração a utilização provável de 02 (dois) ambientes distintos de realização do teste de integridade e a quantidade de equipamentos instalados em cada ambiente.

3.3. Informações para dimensionamento da demanda:

- 3.3.1 Para definição dos quantitativos dos serviços e dos equipamentos necessários para a respectiva execução levou-se em consideração, além dos requisitos listados acima, as seguintes informações:
- a) serão montadas um total de 27 ilhas de votação para o primeiro e segundo turnos, considerando o quantitativo respectivo de urnas eletrônicas submetidas ao teste de integridade e teste de integridade com Biometria;
  - b) cada câmera deverá captar as imagens do monitor e teclado da urna, bem como do monitor posicionado atrás da urna, permitindo a visualização efetiva do que está sendo demonstrado na tela da urna eletrônica e no sistema;
  - c) os microfones devem ser do tipo *profissional de mesa*, de modo a permitir a captação do som sem interferências.
  - d) as câmeras deverão estar posicionadas de forma fixa, em tripés profissionais, que garantam estabilidade, ausência de vibração e de solavancos, ou seja, que impeçam qualquer tipo de instabilidade que prejudique o foco, a leitura e a gravação das imagens;
  - e) a imagem capturada por cada uma das câmeras deve ser, simultaneamente, disponibilizada nos aparelhos de televisão e gravadas de formas independentes, em três níveis: em cartão SD para gravação contínua, Intermediário (NVR/Server) e Nuvem (Streaming/Storage);
  - f) todos os aparelhos deverão estar interconectados através de cabeamento;
  - g) a filmagem do ambiente deverá ser feita por câmeras diversas daquelas destinadas às ilhas de votação.
  - h) Considerando que o Teste de Integridade relativo ao 1º e 2º turno das Eleições será realizado no mesmo local definido no item 3.2.9, não será exigida a desmobilização do ambiente. Porém o TRE-MA se exime de qualquer responsabilidade pela guarda dos materiais e equipamentos.

3.4 Requisitos de sustentabilidade:

- a) Armazenamento e destinação correta de pilhas e baterias descartadas;
- b) Desligar equipamentos que não estão em uso;
- c) Eficiência energética: utilizar equipamentos que sejam eficientes, como aqueles com rotulagem de eficiência energética no Inmetro.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

- 4.1. A Resolução TSE 23.673/2021, que regulamenta os procedimentos de fiscalização e auditoria do sistema de votação eletrônica, determina que *“a auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas será filmada pela Justiça Eleitoral ou por empresa contratada para esse fim”*.
- 4.2. No que se refere à possibilidade do serviço ser executado diretamente pelo TRE-MA, a equipe de planejamento da contratação constatou a impossibilidade em fazê-lo, em virtude da falta de mão de obra qualificada no quadro de servidores do Tribunal para operar as câmeras e demais equipamentos. Além disso, o Tribunal precisaria adquirir e dispor de todos os recursos materiais necessários para a execução dos serviços, para os quais não há demandas ordinárias, sendo utilizados somente no período eleitoral, o que ocasionaria a obsolescência de tais equipamentos.
- 4.3. A via de execução indireta, por empresa contratada por meio de processo de licitação, foi a solução adotada por este Regional nas Eleições 2024 e nas eleições anteriores, sendo esta a solução amplamente utilizada pela Justiça Eleitoral, com respaldo no § 2º do art. 64 do normativo citado acima e no estudo constante do documento 2716662 .
- 4.4. Os serviços de filmagem e monitoramento são comuns, com padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital, de natureza não continuada, fornecido por várias empresas que atuam neste segmento no mercado nacional.
- 4.5. Desta forma, a solução escolhida para atendimento das necessidades administrativas é a contratação de empresa especializada na execução dos serviços objeto deste Estudo Técnico. Além disso considerando que os serviços se enquadram no disposto no Art. 6º, inciso XIII da Lei n.º 14.133/2021, a Administração realizará licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, conforme preceitua o Art. 29 da citada lei.

5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

- 5.1. Considerando o dimensionamento da demanda e experiências nas últimas eleições, foram estimados os seguintes quantitativos de equipamentos, por turno:

PRIMEIRO TURNO:

ITEM 1: Prestação de serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de auditoria nas Eleições Gerais de 2026.

Teste de Integridade	Teste de Integridade com Biometria
Quantidade de equipamentos necessários: <ul style="list-style-type: none"><li>• 25 (vinte e cinco) filmadoras/câmera;</li><li>• 25 (vinte e cinco) microfones de mesa;</li><li>• 25 (vinte e cinco) tripés profissionais para sustentação das filmadoras;</li><li>• 10 (dez) aparelhos de televisão colorido com tamanho mínimo de 40 polegadas, LED ou similar;</li><li>• 15 (quinze) protetores passa cabos e fios de piso;</li><li>• 2 (duas) cópias do conteúdo da filmagem, por urna, entregue em HD's externos ou outro formato de mídia compatível;</li></ul>	Quantidade de equipamentos necessários: <ul style="list-style-type: none"><li>• 2 (dois) filmadoras;</li><li>• 2 (dois) microfones de mesa;</li><li>• 2 (dois) tripés profissionais para sustentação das filmadoras;</li><li>• 2 (duas) aparelhos de televisão colorido com tamanho mínimo de 40 polegada LED ou similar;</li><li>• 2 (duas) cópias do conteúdo da filmagem, por urna, entregue em HD's externos c outro formato de mídia compatível.</li></ul>

ITEM 2: Filmagem do ambiente de realização dos procedimentos e transmissão ao vivo para o canal do TRE-MA no Youtube.

Teste de Integridade
Quantidade de equipamentos necessários: <ul style="list-style-type: none"><li>• 2 (duas) filmadoras;</li><li>• 2 (duas) tripés;</li><li>• 1 (um) microfone de lapela;</li><li>• 2 (dois) notebooks ou desktop.</li></ul>

SEGUNDO TURNO:

ITEM 3: Prestação de serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de auditoria nas Eleições Gerais de 2026.

Teste de Integridade	Teste de Integridade com Biometria
Quantidade de equipamentos necessários: <ul style="list-style-type: none"><li>• 25 (vinte e cinco) filmadoras/câmera;</li><li>• 25 (vinte e cinco) microfones de mesa;</li><li>• 25 (vinte e cinco) tripés profissionais para sustentação das filmadoras;</li><li>• 10 (dez) aparelhos de televisão colorido com tamanho mínimo de 40 polegadas, LED ou similar;</li><li>• 15 (quinze) protetores passa cabos e fios de piso;</li><li>• 2 (duas) cópias do conteúdo da filmagem, por urna, entregue em HD's externos ou outro formato de mídia compatível;</li></ul>	Quantidade de equipamentos necessários: <ul style="list-style-type: none"><li>• 2 (dois) filmadoras;</li><li>• 2 (dois) microfones de mesa;</li><li>• 2 (dois) tripés profissionais para sustentação das filmadoras;</li><li>• 2 (duas) aparelhos de televisão colorido com tamanho mínimo polegadas, LED ou similar;</li><li>• 2 (duas) cópias do conteúdo da filmagem, por urna, entregue em HD's externos ou outro formato de mídia compatível.</li></ul>

ITEM 4: Filmagem do ambiente de realização dos procedimentos e transmissão ao vivo para o canal do TRE-MA no Youtube.

Teste de Integridade
Quantidade de equipamentos necessários: <ul style="list-style-type: none"><li>• 2 (duas) filmadoras;</li><li>• 2 (duas) tripés;</li><li>• 1 (um) microfone de lapela;</li><li>• 2 (dois) notebooks ou desktop.</li></ul>

6. ESTIMATIVAS DE PREÇOS

- 6.1. Por se tratar de uma atividade específica da Justiça Eleitoral, não foram pesquisadas contratações de outros órgãos não pertencentes a este ramo do Judiciário uma vez que a parametrização para fins de verificar a similaridade dos objetos de contratação estaria prejudicada. E mesmo dentre os Tribunais que compõem a Justiça Eleitoral, a parametrização só seria possível na hipótese em que o quantitativo de urnas auditadas seja o mesmo daquele que será auditado pelo TRE-MA.
- 6.2. Não identificamos, até a presente data, outros Regionais com quantitativo de urnas a serem auditadas igual ao do TRE-MA e que já tenham finalizado o procedimento de licitação.
- 6.3. Também não é viável a utilização dos valores homologados na licitação anterior realizada pelo TRE-MA considerando que foram adotadas modelagens diversas daquelas adotadas nas Eleições 2024, tais como necessidade de instalação e testes com 3 (três) dias de antecedência e gravação de formas independentes, em três níveis.
- 6.4. Assim, pelas razões apontadas, a pesquisa de preços foi realizada somente com fornecedores que atuam no segmento, conforme detalhado no Mapa de Preços anexo a esse documento.
- 6.5. As solicitações de orçamento foram enviadas para as empresas que participaram do Pregão Eletrônico realizado por este Regional para as Eleições de 2024, bem como para aqueles que participaram dos Pregões Eletrônicos realizados pelos Tribunais que também contrataram os serviços, totalizando 10 solicitações. No entanto, apenas 03 empresas responderam, não obstante reiteradas solicitações, inclusive através de contato telefônico.
- 6.6. Considerando a necessidade de iniciar o processo de contratação e realizar o procedimento licitatório nos prazos previstos, já que se trata de uma contratação estratégica para a Administração, diretamente relacionada à atividade fim da Justiça Eleitoral, não haveria tempo hábil para aguardar novas propostas.
- 6.7. Dessa forma, o custo estimado foi fixado como parâmetro para a definição do preço referencial o menor valor obtido na pesquisa de preço conforme apresentado no Mapa de Preços anexo a este documento, resultando nos seguintes valores:

TURNO DE ELEIÇÃO	ITEM	SERVIÇOS	CUSTO UNITÁRIO
PRIMEIRO TURNO (04/10/2026)	1	Prestação de serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de auditoria nas Eleições Gerais de 2026.	
	2	Filmagem do ambiente de realização dos procedimentos e transmissão ao vivo para o canal do TRE-MA no Youtube.	
CUSTO TOTAL PRIMEIRO TURNO			

<b>SEGUNDO TURNO</b> <b>(25/10/2026)</b>	3	Prestação de serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de auditoria nas Eleições Gerais de 2026.	
	4	Filmagem do ambiente de realização dos procedimentos e transmissão ao vivo para o canal do TRE-MA no Youtube.	
<b>CUSTO TOTAL SEGUNDO TURNO</b>			
<b>CUSTO TOTAL ESTIMADO (1º e 2º TURNOS)</b>			

6.8. Cumpre destacar que o mercado das empresas especializadas no objeto desta contratação é restrito, o que justifica a obtenção de apenas 3 (três) propostas.

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

7.1. Contratação de serviço especializado de filmagem a ser realizado durante o processo de Auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas, correspondente à filmagem do teste de integridade que irá ocorrer nas ilhas de votação e à filmagem do ambiente com transmissão ao vivo para o canal do TRE-MA no Youtube. No custo de contratação deverão estar incluídos todos os recursos humanos e materiais necessários, de forma a garantir e viabilizar, com segurança e transparência, o cumprimento do disposto na Resolução TSE nº 23.673, de 14 de dezembro de 2021.

## 8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1. Existem duas formas possíveis de parcelamento da referida contratação: a primeira no que diz respeito à realização dos serviços no primeiro e segundo turno; e a segunda considerando a filmagem dos procedimentos de auditoria e a filmagem do ambiente;

8.2. Quanto à primeira, o objeto da presente contratação não será parcelado, devendo ser adjudicado a um único fornecedor, que deverá executá-lo do início ao fim, no 1º e 2º turno (este último, se houver). O parcelamento da solução, no presente caso, acarretaria prejuízos para o conjunto da solução, uma vez que não seria assegurado o mesmo padrão de qualidade na prestação dos serviços e, além disso a expertise obtida com a experiência da realização dos serviços no primeiro turno trará grandes benefícios e padronização para os serviços em eventual segundo turno. Além disso, o parcelamento poderia onerar a contratação, em razão dos custos de mobilização e desmobilização dos materiais e equipamentos utilizados.

8.3. Já no caso da segunda, a empresa contratada para a prestação dos serviços previstos nos Itens 1 e 3 da tabela vista no subitem 6.6 deverá ser a mesma empresa a ser contratada para prestação dos serviços previstos nos Itens 2 e 4 da referida tabela, pois durante o levantamento de mercado percebeu-se que se trata de um mesmo ramo de atividade e as empresas consultadas prestam ambos os serviços.

8.4. Ademais, a gestão contratual poderia ser prejudicada considerando que os membros da comissão estarão envolvidos, principalmente, com a organização e condução dos trabalhos pertinentes ao processo de auditoria. A gestão de apenas um contrato é mais viável.

8.5 Logo, o objeto da contratação será adjudicado em **grupo único**, ou seja, somente um fornecedor executará os serviços no primeiro e segundo turnos.

## 9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. A execução dos serviços proporcionará maior transparência aos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas.

9.2. A contratação viabilizará a localização das divergências entre os resultados obtidos nos Boletins de Urnas e os dos relatórios emitidos pelo sistema de apoio à votação

## 10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

10.1. A Comissão de Auditoria já tem elaborado um layout do espaço onde será montado o ambiente da Auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas em que ocorrerão as filmagens, conforme Anexo 2.

## 11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes

## 12. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

12.1. Não foram identificados impactos ambientais significativos resultantes da presente contratação, visto que os materiais e equipamentos utilizados serão recolhidos pela empresa contratada, logo após o segundo turno das eleições.

12.2 Os poucos resíduos resultantes da execução dos serviços - pilhas, baterias, restos de cabos, etc. - poderão receber destinação ambientalmente adequada por meio do programa interno de reciclagem do tribunal, o que, além de remediar os impactos ambientais, ainda produz benefícios econômicos para o órgão, por se tratar de medida mitigadora que não onera a contratação.

## 13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1. A contratação se mostra viável e se constitui, caso concretizada, em mais um instrumento de aferição do funcionamento das urnas eleitorais, e corrobora para a aquisição de pontuação na avaliação realizada pela Auditoria externa contratada pelo TSE.

13.2. A despesa está prevista na proposta orçamentária Pleitos – 2026.

## 14. EQUIPE DE PLANEJAMENTO

**Luciana Linard Silva Malveira - Membro da Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica**

**Christiano Anderson Neitzke- Coordenador de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação**

**Sherlan Buhatem Anunciação - Membro da Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica**

**Maiara da Silva Leal - Membro da Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica**

**Lourenco Monteiro Melo- Seção de Dados, Desenvolvimento de Sistemas e Inovação**

**Marco Aurélio Martins Fernandes- Técnico Judiciário**



Documento assinado eletronicamente por SHERLAN BUHATEM ANUNCIACÃO, Assessor(a), em 29/04/2026, às 08:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LOURENCIO MONTEIRO DE MELO, Analista Judiciário**, em 29/04/2026, às 10:11, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA LINARD SILVA MALVEIRA, Coordenador(a)**, em 29/04/2026, às 10:12, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CHRISTIANO ANDERSON NEITZKE, Coordenador(a)**, em 29/04/2026, às 10:18, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA DA SILVA LEAL, Chefe de Seção**, em 29/04/2026, às 10:41, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCO AURÉLIO MARTINS FERNANDES, Técnico Judiciário**, em 29/04/2026, às 11:04, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ma.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2751351** e o código CRC **FCCF12BD**.

0005009-32.2026.6.27.8000	2751351v2
---------------------------	-----------